

O Estado de S. Paulo

17/5/1984

Notas e informações

Guariba e a realidade nacional

O levante de Guariba significa antes de mais nada ação violenta desencadeada por quem se encontra em estado de desespero, provocado por um concurso de causas, entre as quais avultam a elevação incessante do custo de vida, que dissolve o valor da remuneração salarial (precária, quase sempre, quando se trata de bóias-frias), e a falta de garantias mínimas proporcionadas pela legislação social aos que trabalham no campo, avulsos. Não se diga que são mal pagos os que, cortando cana ou colhendo laranjas, se encontram fixados na região Nordeste deste Estado, subindo de Ribeirão Preto para Guariba, Barrinha e Bebedouro. Não. Lá o trabalhador ganha cerca de 1,2 mil cruzeiros por tonelada de cana que corta, e a média de produção, que oscila em torno de seis toneladas/dia, proporciona retribuição da ordem de 210 a 220 mil cruzeiros/mês. Acrescente-se que o bóia-fria raramente trabalha só: faz-se acompanhar de mulher e filhos. Se se multiplicarem aqueles 210 ou 220 mil cruzeiros por três ou quatro, o total estará longe de ser desprezível e perfaz quantia igual ou superior à receita auferida em família que depende de salário, em centros como a capital paulista.

O problema é que o processo de desvalorização monetária, com o cortejo de males de que se cerca, o qual não parece preocupar como deveria os responsáveis pela administração pública, em Brasília (os quais não sentem na carne a elevação abrupta, mês a mês, dos preços de tudo), traz hoje a grande massa da população sob tensões permanentes, fadadas a gerar conflitos agudos como o que rebentou em Guariba. O dedo que disparou o tiro, apertando o gatilho, foi a majoração das tarifas cobradas pela Sabesp; mas é fora de dúvida que as condições para que esse tiro fosse disparado estavam formadas há bastante tempo, o revólver municiado, a bala na agulha, o gatilho azeitado, pronto para receber a pressão fatal. É claro que aproveitadores existem sempre em ocasiões como a que surgiu anteontem: um petista mal-intencionado aqui, um padre progressista malformado ali, a fim de pôr lenha na fogueira. É lícito indagar, aliás, qual a razão da revogada de tantos políticos profissionais para Guariba, de anteontem para ontem. Tudo isso aumenta a responsabilidade dos titulares do poder público, que têm de voltar sua atenção para dois lados, no âmbito do Estado e do município: o da manutenção da ordem e o do encaminhamento de soluções válidas, no propósito de remover, no que lhes caiba, fatores que causem a combustão capaz de provocar explosões como a que enseja este comentário.

Será necessário que irrompa a violência para dar-se a atenção devida às vicissitudes que acompanham o bóia-fria? Desde logo cumpre examinar como, elevando-o à condição de trabalhador autônomo, se poderá assegurar-lhe o amparo da legislação trabalhista e previdenciária. Depois, de que forma, tomando parte em colheitas diversas, durante o ano, seria possível fixá-lo numa região só, sem necessidade de deslocar-se por grandes distâncias. Considere-se ainda que o bóia-fria não tem, como o operário das cidades de maior porte, o discernimento e a consciência do rumo e das atitudes a tomar na defesa de seus interesses. Deve ser orientado sobre o melhor modo de promover essa defesa. Se é criminoso instigar à subversão o assalariado das cidades, inoculando no espírito dele o germe da revolta que o transformará em desordeiro a título de reivindicar aquilo a que ninguém lhe pode dar ou a que não tem direito, mais grave é transmitir esse mesmo germe ao tipo agreste que facilmente recorrerá à força, a fim de safar-se dos percalços que o afligem. Aí, as conseqüências serão imprevisíveis, agravadas pelo clima de crise que desceu sobre o País, em toda parte, e do qual só escapam os que, sem problemas materiais imediatos, se entregam a devaneios, julgando viver no melhor dos mundos.

Usineiros e agricultores bem-sucedidos precisam parar e meditar sobre a realidade que se ergue ao seu redor. Que é que lhes caberia fazer jura garantir melhores condições de vida a trabalhadores de cuja colaboração não podem prescindir? Titulares do poder público, em qualquer nível, têm obrigação de fazer sua parte, dentro da mesma linha de objetivos. Se não for assim, abrirão a brecha por onde penetrarão os demagogos profissionais, que não estão propriamente compadecidos da sorte dos bóias-frias, mas pretendem aproveitá-los como massa de manobra para implantar a baderna e, estabelecida a confusão, tirar sardinha do fogo com mão de gato.

Felizmente, a Sabesp é empresa estatal. Alguém já imaginou o prato-feito que estaria servido à demagogia, se a concessionária dos serviços de água e esgotos, multiplicando o preço de suas tarifas, sem dar satisfações, fosse vinculada a algum grupo estrangeiro, como já houve neste país? Mas esse raciocínio é meramente abstrato, porque, se o regime fosse outro (o do tempo das subsidiárias da Light, por exemplo), a autoridade pública jamais consentiria naquela majoração tarifária — e a empresa, como os pobres do *deputado Justo Veríssimo*, "que se *explodisse*". Que fazer, se as estatais podem tudo e a ninguém cabe alegar contra elas direito algum, cabendo a todos, apenas, pagar e não bufar? Eis o fato: bufando, anteontem, os bóias-frias de Guariba não se deram conta, seguramente, de que protestavam contra um aspecto da estatização da economia!

Há muitos enfoques pelos quais se pode analisar o episódio de anteontem; sobre todos eles, entretanto, hão de prevalecer dois, que convergem para um mesmo ponto: o da necessidade de assistir o trabalhador agrícola, diarista avulso, substituindo o desespero que o acomete pela certeza de que não está só e pela esperança de melhores dias — que ele também ajudará a construir; e o da conveniência de prevenir levantes que não têm o condão de remover esse desespero e, abalando a ordem, contribuirão para disseminá-lo.

(Página 3)